
Exmos(as). srs(as) ministros e ministras do Supremo Tribunal Federal – STF,

A atual gestão da Petrobrás está vendendo oito das 15 refinarias da empresa. Como determina a Constituição Federal, a venda dessas unidades necessita de autorização do Poder Legislativo. Entretanto, na tentativa de burlar tal exigência, a Petrobrás, com aval do Poder Executivo, está criando subsidiárias para suas refinarias, de forma a privatizá-las sem a aprovação de deputados e senadores. Duas delas – Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, e a Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná – já se encontram em avançado processo de negociação.

Nesta quarta-feira (30/9), o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) iniciará o julgamento da Reclamação 42.576, referente ao pedido de tutela de urgência das mesas do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para declarar a ilegalidade desse processo, admitido pela empresa e corroborado em manifestação da Advocacia Geral da União (AGU).

Nós, trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Petrobrás e de empresas fornecedoras de bens e serviços à empresa, ressaltamos que não é “apenas” a Carta Magna do nosso país que está em jogo. É também a participação da sociedade brasileira nas decisões que alteram os rumos do país.

Essa participação popular se dá pelo Congresso Nacional, democraticamente eleito para, entre outras funções, representar os interesses da população brasileira em questões complexas, como a que envolve a privatização de empresas estatais e a venda de ativos vinculados à empresa-matriz. Assim, o Congresso deve ter garantido seu direito constitucional de exercer tal papel, o que reforça, inclusive, o equilíbrio entre os poderes da União e evita incertezas jurídico-legais ainda mais complexas.

A fundamental participação do Congresso Nacional nessas decisões também se mostra crucial porque tais decisões podem afetar o desenvolvimento econômico e social do Brasil, sobretudo diante da necessidade de uma recuperação mais acelerada de nosso país após a pandemia de Covid-19, e o bem estar da população. E listamos alguns exemplos, fundamentados com dados e números.

Por ser uma empresa “do poço ao posto”, a Petrobrás garante bons resultados financeiros, mesmo diante de reveses. Ao vender metade de suas refinarias, a Petrobrás perderá sua capacidade de resistir a turbulências. A prova mais recente se deu com a pandemia, que derrubou a cotação do petróleo. A Petrobrás teve suas perdas minimizadas por exportar mais óleos combustíveis, notadamente bunker para navios. E a RLAM, na Bahia, respondeu por mais de 20% da produção do produto.

A Petrobrás tem uma função social relacionada à sua natureza pública. Ao vender metade de seu parque de refino e ficar apenas na região Sudeste, deixará

de induzir o desenvolvimento regional. É a Petrobrás quem integra o país, para garantir a cada brasileiro e brasileira produtos de qualidade, além de emprego e renda, de forma direta ou indireta. O parque de refino foi instalado para atender necessidades regionais, e não para gerar competição entre uma unidade e outra.

Além disso, o artigo “Mercado de refino de petróleo no Brasil”, de setembro de 2018, do Departamento de Gás, Petróleo e Navegação da Área de Energia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aponta que se o Brasil crescer a taxas anuais superiores a 2,5%, seu atual parque de refino não será suficiente para garantir combustíveis à população. Ou seja, o país irá precisar de mais refinarias, sobretudo com a recuperação esperada pós-pandemia – o que mostra que há espaço para a iniciativa privada participar deste mercado. O texto ainda ressalta que “a mera transferência de controle das refinarias existentes para outros agentes não significará o estabelecimento de uma dinâmica de competição no mercado, e, sim, poderá gerar monopólios regionais privados”.

Nossos argumentos contrários à venda das refinarias são passíveis de debates. Mas, justamente por esta razão, apelamos que tais discussões sejam feitas no Congresso Nacional. Não apenas por ser tal exercício garantido legalmente, mas por serem a Câmara dos Deputados e o Senado Federal as casas do povo, representantes legítimas dos anseios da população brasileira.



Deyvid Bacelar

Coordenador geral

Federação Única dos Petroleiros (FUP)

FONTES: Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep); Estudo: “Competitividade no mercado de gasolina e diesel no Brasil: uma nova era?” – Departamento de Engenharia Industrial, PUC-Rio; “ANP está preocupada com abastecimento de gás de cozinha após venda de refinarias da Petrobrás” – Jornal Estado de SP, 24 de julho de 2020; Pesquisa Datafolha – Privatizações, setembro de 2019; Artigo: “Mercado de refino de petróleo no Brasil”, BNDES Setorial, v. 24, n. 48, pp. 7-44.